



CÓD: SL-110JL-22
7908433225133

SEDUC-GO

**SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DO ESTADO DE GOIÁS**

Professor Nível III - Educação Física

EDITAL Nº 007 – SEAD/SEDUC, DE 15 DE JULHO DE 2022

Língua Portuguesa

1. Compreensão E Interpretação De Textos De Gêneros Variados. Reconhecimento De Tipos E Gêneros Textuais.	9
2. Domínio Da Ortografia Oficial	22
3. Domínio Da Estrutura Morfossintática Do Período. Emprego Das Classes De Palavras. Emprego De Tempos E Modos Verbais	23
4. Relações De Coordenação Entre Orações E Entre Termos Da Oração. Relações De Subordinação Entre Orações E Entre Termos Da Oração	28
5. Emprego Dos Sinais De Pontuação	30
6. Concordância Verbal E Nominal	31
7. Regência Verbal E Nominal	32
8. Emprego Do Sinal Indicativo De Crase	32
9. Colocação Dos Pronomes Átonos	33
10. Domínio Dos Mecanismos De Coesão Textual. Emprego De Elementos De Referência, Substituição E Repetição, De Conectores E De Outros Elementos De Sequenciação Textual	34
11. Reescrita De Frases E Parágrafos Do Texto. Substituição De Palavras Ou De Trechos De Texto. Reorganização Da Estrutura De Orações E De Períodos Do Texto. Reescrita De Textos De Diferentes Gêneros E Níveis De Formalidade.	34
12. Significação Das Palavras	35
13. Correspondência Oficial (Conforme Manual De Redação Da Presidência Da República). Aspectos Gerais Da Redação Oficial. Finalidade Dos Expedientes Oficiais. Adequação Da Linguagem Ao Tipo De Documento. Adequação Do Formato Do Texto Ao Gênero	36

Realidade Étnica, Social, Histórica, Geográfica, Cultural, Política E Econômica Do Estado De Goiás E Do Brasil

1. Formação Econômica De Goiás: A Mineração No Século XVIII, A Agropecuária Nos Séculos XIX E XX, A Estrada De Ferro E A Modernização Da Economia Goiana, As Transformações Econômicas Com A Construção De Goiânia E Brasília, Industrialização, Infraestrutura E Planejamento.	47
2. Modernização Da Agricultura E Urbanização Do Território Goiano.	49
3. A População Goiana: Povoamento, Movimentos Migratórios E Densidade Demográfica.	53
4. Economia Goiana: Industrialização E Infraestrutura De Transportes E Comunicação.	59
5. As Regiões Goianas E As Desigualdades Regionais.	59
6. Aspectos Físicos Do Território Goiano: Vegetação, Hidrografia, Clima E Relevô.	64
7. Aspectos Da História Política De Goiás: A Independência Em Goiás, O Coronelismo Na República Velha, As Oligarquias, A Revolução De 1930, A Administração Política De 1930 Até Os Dias Atuais.	66
8. Aspectos Da História Social De Goiás: O Povoamento Branco, Os Grupos Indígenas, A Escravidão E Cultura Negra, Os Movimentos Sociais No Campo E A Cultura Popular.	71
9. Atualidades Econômicas, Políticas E Sociais Do Brasil, Especialmente Do Estado De Goiás.	74
10. Constituição Do Estado De Goiás De 05 De Outubro De 1.989.	75

Ética

1. Ética E Moral.	131
2. Ética, Princípios E Valores.	131
3. Ética E Democracia: Exercício Da Cidadania.	132
4. Ética E Função Pública.	133
5. Ética No Setor Público.	135

Temas Educacionais E Pedagógicos

1. Planejamento E Organização Do Trabalho Pedagógico. Processo De Planejamento: Concepção, Importância, Dimensões E Níveis. Planejamento Participativo: Concepção, Construção, Acompanhamento E Avaliação. Planejamento Escolar: Planos Da Escola, Do Ensino E Da Aula	139
2. Currículo: Do Proposto À Prática	144
3. Tecnologias Da Informação E Comunicação Na Educação.	149
4. Educação A Distância	154
5. Educação Para A Diversidade, Cidadania E Educação Em E Para Os Direitos Humanos	156
6. Educação Integral	160
7. Educação Do Campo.	163
8. Educação Ambiental	163
9. Fundamentos Legais Da Educação Especial/Inclusiva E O Papel Do Professor	164
10. Educação/Sociedade E Prática Escolar	176
11. Tendências Pedagógicas Na Prática Escolar	180
12. Didática E Prática Historicocultural. A Didática Na Formação Do Professor	183
13. Aspectos Pedagógicos E Sociais Da Prática Educativa, Segundo As Tendências Pedagógicas.	195
14. Coordenação Pedagógica. Coordenação Pedagógica Como Espaço De Formação Continuada	198
15. Processo Ensino-Aprendizagem.	201
16. Relação Professor/Aluno	207
17. Compromisso Social E Ético Do Professor.	208
18. Componentes Do Processo De Ensino: Objetivos; Conteúdos; Métodos; Estratégias Pedagógicas E Meios	209
19. Interdisciplinaridade E Transdisciplinaridade Do Conhecimento	211
20. Avaliação Escolar E Suas Implicações Pedagógicas	212
21. O Papel Político Pedagógico E Organicidade Do Ensinar, Aprender E Pesquisar. Função Histórico-Cultural Da Escola. Escola: Comunidade Escolar E Contextos Institucional E Sociocultural. Projeto Político-Pedagógico Da Escola: Concepção, Princípios E Eixos Norteadores.	214
22. 5 Políticas Educacionais E A Construção Da Escola Pública Brasileira.	228
23. Súmulas Vinculantes Do Supremo Tribunal Federal Relativas Ao Direito Processual Do Trabalho	234
24. Documento Curricular Para Goiás – Dcgo.	234
25. Base Nacional Curricular Comum – Bncc	234

Conhecimentos Específicos

Professor Nível III - Educação Física

1. História Da Educação Física E Suas Interrelações Com A Educação Física Brasileira	251
2. Conhecimentos Sobre O Corpo E Sua Aplicabilidade No Âmbito Das Ações De Saúde, Da Estética E Das Práticas Socioeducativas Escolares	257
3. Planejamento De Aulas Em Educação Física.	261
4. Avaliação Na Educação Física.	268
5. Tendências Pedagógicas Na Educação E Sua Relação Com A Educação Física Escolar	269
6. Lutas No Contexto Escolar	274
7. Contextualização Histórica Da Educação	277
8. Esporte E Sua Relação Com A Escola.	318
9. Métodos De Ensino Em Educação Física	321
10. O Projeto Pedagógico Da Educação Física E Sua Inserção Nos Ciclos De Formação E Desenvolvimento Humano. Planejamento De Ensino: Etapas E Componentes Básicos; Objetivos Do Ensino: Tipos De Objetivos E Sua Relação Com O Planejamento; Esportes Coletivos E Individuais – Características Das Modalidades.	327

Material Digital

Bases Legais Da Educação Nacional E Estadual

1. Constituição Federal, Capítulo Iii Da Educação, Da Cultura E Do Desporto, Seção I Da Educação.	3
2. Lei Nº 9.394/1996 (Lei Diretrizes E Bases Da Educação Nacional)..	6
3. Políticas Públicas Para A Educação Básica.	21
4. Plano Nacional De Educação (Pne 2014-2024).	27
5. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais Para A Educação Básica.	42
6. Currículo Em Movimento Da Educação Básica – Pressupostos Teóricos.. . . .	48
7. Lei Nº 11.738 De 16 De Julho De 2.008 – Regulamenta A Alínea “E” Do Inciso Iii Do Caput Do Art. 60 Do Ato Das Disposições Constitucionais Transitórias, Para Instituir O Piso Salarial Profissional Nacional Para Os Profissionais Do Magistério Público Da Educação Básica.	72
8. Lei Nº 13.909 De 25 De Setembro De 2001: Estatuto E Planos De Cargos E Vencimentos Do Quadro Do Magistério.	72
9. Lei Nº 18.969 De 22 De Julho De 2015: Aprova O Plano Estadual De Educação Para O Decênio 2015-2025.	99
10. Lei Nº 20.157 De 27 De Junho De 2018: Introduz Alterações Na Lei Nº 13.909, De 25/09/2001 Relativo Ao Estágio Probatório	100
11. Lei Nº 20.115 De 06 De Junho De 2018: Processo De Escolha Democrática De Diretor De Unidade Escolar Da Rede Pública De Educação Básica.	102
12. Lei Nº 20.422 De 07 De Março De 2019: Institui No Âmbito Da Seduc O Programa Auxílio-Alimentação.. . . .	107
13. Lei Nº 20.756 De 28 De Janeiro De 2020: Dispõe Sobre O Regime Jurídico Dos Servidores Cíveis Públicos Do Estado De Goiás. (Revoga A Lei Nº 10.460 De 22 De Fevereiro De 1988: Estatuto Dos Funcionários Públicos Cíveis Do Estado De Goiás)	108
14. Lei Nº 20.757 De 28 Janeiro De 2020: Altera A Lei Nº 13.909 De 25 De Setembro De 09 De 2001: Estatuto E Planos De Cargos E Vencimentos Do Quadro Do Magistério.	149
15. Lei Nº 20.917 De 21 De Dezembro De 2020: Institui O Programa Educação Plena E Integral E Dá Outras Providências.	160
16. Lei Nº 21.316: Altera A Lei Nº 20.917, De 21 De Dezembro De 2020, Que Institui O Programa Educação Plena E Integral E Dá Outras Providências.	162
17. Lei Nº 20.918 De 21 De Dezembro De 2020: Contratação Por Tempo Determinado Para Atender A Necessidade Temporária De Excepcional Interesse Público, Nos Termos Do Art. 92, Inciso X, Da Constituição Do Estado De Goiás. Alterada Pela Lei Nº 21.228 De 5 De Janeiro De 2022	163
18. Lei Nº 21.239 De 12 De Janeiro De 2022 E Lei Nº 20.820 De 04 De Agosto De 2020: Alteram A Lei Nº 20.491 De 25 De Junho De 2019 Que Estabelece A Organização Administrativa Do Poder Executivo (Reforma Administrativa)..	166
19. Decreto Nº 9.396 De 05 De Fevereiro De 2019: Regulamenta A Avaliação Especial De Desempenho Do Professor Em Estágio Probatório, Do Quadro Do Magistério Público Estadual, Nos Termos Da Lei Nº 13.909 De 25 De Setembro De 2001.	177
20. Decreto Nº 9.423 De 10 De Abril De 2019: Institui O Código De Ética E De Conduta Profissional Do Servidor Na Administração Pública Direta, Autárquica E Fundacional Do Poder Executivo Estadual.	184
21. Decreto Nº 9.920 De 06 De Agosto De 2021: Aprova O Regulamento Da Secretaria De Estado Da Educação E Dá Outras Providências..	189

Atenção

- Para estudar o Conteúdo Digital Complementar e Exclusivo acesse sua “Área do Cliente” em nosso site.

<https://www.editorasolucao.com.br/retificacoes>

Busca de sentidos

Para a busca de sentidos do texto, pode-se retirar do mesmo os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo. Isso auxiliará na apreensão do conteúdo exposto.

Isso porque é ali que se fazem necessários, estabelecem uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Por fim, concentre-se nas ideias que realmente foram explicitadas pelo autor. Textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Deve-se ater às ideias do autor, o que não quer dizer que o leitor precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não sejam criadas suposições vagas e inespecíficas.

Importância da interpretação

A prática da leitura, seja por prazer, para estudar ou para se informar, aprimora o vocabulário e dinamiza o raciocínio e a interpretação. A leitura, além de favorecer o aprendizado de conteúdos específicos, aprimora a escrita.

Uma interpretação de texto assertiva depende de inúmeros fatores. Muitas vezes, apressados, descuidamo-nos dos detalhes presentes em um texto, achamos que apenas uma leitura já se faz suficiente. Interpretar exige paciência e, por isso, sempre releia o texto, pois a segunda leitura pode apresentar aspectos surpreendentes que não foram observados previamente. Para auxiliar na busca de sentidos do texto, pode-se também retirar dele os **tópicos frasais** presentes em cada parágrafo, isso certamente auxiliará na apreensão do conteúdo exposto. Lembre-se de que os parágrafos não estão organizados, pelo menos em um bom texto, de maneira aleatória, se estão no lugar que estão, é porque ali se fazem necessários, estabelecendo uma relação hierárquica do pensamento defendido, retomando ideias já citadas ou apresentando novos conceitos.

Concentre-se nas ideias que de fato foram explicitadas pelo autor: os textos argumentativos não costumam conceder espaço para divagações ou hipóteses, supostamente contidas nas entrelinhas. Devemos nos ater às ideias do autor, isso não quer dizer que você precise ficar preso na superfície do texto, mas é fundamental que não criemos, à revelia do autor, suposições vagas e inespecíficas. Ler com atenção é um exercício que deve ser praticado à exaustão, assim como uma técnica, que fará de nós leitores proficientes.

Diferença entre compreensão e interpretação

A compreensão de um texto é fazer uma análise objetiva do texto e verificar o que realmente está escrito nele. Já a interpretação imagina o que as ideias do texto têm a ver com a realidade. O leitor tira conclusões subjetivas do texto.

Gêneros Discursivos

Romance: descrição longa de ações e sentimentos de personagens fictícios, podendo ser de comparação com a realidade ou totalmente irreal. A diferença principal entre um romance e uma novela é a extensão do texto, ou seja, o romance é mais longo. No romance nós temos uma história central e várias histórias secundárias.

Conto: obra de ficção onde é criado seres e locais totalmente imaginário. Com linguagem linear e curta, envolve poucas personagens, que geralmente se movimentam em torno de uma única ação, dada em um só espaço, eixo temático e conflito. Suas ações encaminham-se diretamente para um desfecho.

Novela: muito parecida com o conto e o romance, diferenciado por sua extensão. Ela fica entre o conto e o romance, e tem a história principal, mas também tem várias histórias secundárias.

O tempo na novela é baseada no calendário. O tempo e local são definidos pelas histórias dos personagens. A história (enredo) tem um ritmo mais acelerado do que a do romance por ter um texto mais curto.

Crônica: texto que narra o cotidiano das pessoas, situações que nós mesmos já vivemos e normalmente é utilizado a ironia para mostrar um outro lado da mesma história. Na crônica o tempo não é relevante e quando é citado, geralmente são pequenos intervalos como horas ou mesmo minutos.

Poesia: apresenta um trabalho voltado para o estudo da linguagem, fazendo-o de maneira particular, refletindo o momento, a vida dos homens através de figuras que possibilitam a criação de imagens.

Editorial: texto dissertativo argumentativo onde expressa a opinião do editor através de argumentos e fatos sobre um assunto que está sendo muito comentado (polêmico). Sua intenção é convencer o leitor a concordar com ele.

Entrevista: texto expositivo e é marcado pela conversa de um entrevistador e um entrevistado para a obtenção de informações. Tem como principal característica transmitir a opinião de pessoas de destaque sobre algum assunto de interesse.

Cantiga de roda: gênero empírico, que na escola se materializa em uma concretude da realidade. A cantiga de roda permite as crianças terem mais sentido em relação a leitura e escrita, ajudando os professores a identificar o nível de alfabetização delas.

Receita: texto instrucional e injuntivo que tem como objetivo de informar, aconselhar, ou seja, recomendam dando uma certa liberdade para quem recebe a informação.

DISTINÇÃO DE FATO E OPINIÃO SOBRE ESSE FATO**Fato**

O fato é algo que aconteceu ou está acontecendo. A existência do fato pode ser constatada de modo indiscutível. O fato pode é uma coisa que aconteceu e pode ser comprovado de alguma maneira, através de algum documento, números, vídeo ou registro.

Exemplo de fato:

A mãe foi viajar.

Interpretação

É o ato de dar sentido ao fato, de entendê-lo. Interpretamos quando relacionamos fatos, os comparamos, buscamos suas causas, previmos suas consequências.

Entre o fato e sua interpretação há uma relação lógica: se apontamos uma causa ou consequência, é necessário que seja plausível. Se comparamos fatos, é preciso que suas semelhanças ou diferenças sejam detectáveis.

Exemplos de interpretação:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha.

Opinião

A opinião é a avaliação que se faz de um fato considerando um juízo de valor. É um julgamento que tem como base a interpretação que fazemos do fato.

Nossas opiniões costumam ser avaliadas pelo grau de coerência que mantêm com a interpretação do fato. É uma interpretação do fato, ou seja, um modo particular de olhar o fato. Esta opinião pode alterar de pessoa para pessoa devido a fatores socioculturais.

Exemplos de opiniões que podem decorrer das interpretações anteriores:

A mãe foi viajar porque considerou importante estudar em outro país. Ela tomou uma decisão acertada.

A mãe foi viajar porque se preocupava mais com sua profissão do que com a filha. Ela foi egoísta.

Muitas vezes, a interpretação já traz implícita uma opinião.

Por exemplo, quando se mencionam com ênfase consequências negativas que podem advir de um fato, se enaltecem previsões positivas ou se faz um comentário irônico na interpretação, já estamos expressando nosso julgamento.

É muito importante saber a diferença entre o fato e opinião, principalmente quando debatemos um tema polêmico ou quando analisamos um texto dissertativo.

Exemplo:

A mãe viajou e deixou a filha só. Nem deve estar se importando com o sofrimento da filha.

ESTRUTURAÇÃO DO TEXTO E DOS PARÁGRAFOS

Uma boa redação é dividida em ideias relacionadas entre si ajustadas a uma ideia central que norteia todo o pensamento do texto. Um dos maiores problemas nas redações é estruturar as ideias para fazer com que o leitor entenda o que foi dito no texto. Fazer uma estrutura no texto para poder guiar o seu pensamento e o do leitor.

Parágrafo

O parágrafo organizado em torno de uma ideia-núcleo, que é desenvolvida por ideias secundárias. O parágrafo pode ser formado por uma ou mais frases, sendo seu tamanho variável. No texto dissertativo-argumentativo, os parágrafos devem estar todos relacionados com a tese ou ideia principal do texto, geralmente apresentada na introdução.

Embora existam diferentes formas de organização de parágrafos, os textos dissertativo-argumentativos e alguns gêneros jornalísticos apresentam uma estrutura-padrão. Essa estrutura consiste em três partes: a ideia-núcleo, as ideias secundárias (que desenvolvem a ideia-núcleo) e a conclusão (que reafirma a ideia-básica). Em parágrafos curtos, é raro haver conclusão.

Introdução: faz uma rápida apresentação do assunto e já traz uma ideia da sua posição no texto, é normalmente aqui que você irá identificar qual o problema do texto, o porque ele está sendo escrito. Normalmente o tema e o problema são dados pela própria prova.

Desenvolvimento: elabora melhor o tema com argumentos e ideias que apoiem o seu posicionamento sobre o assunto. É possível usar argumentos de várias formas, desde dados estatísticos até citações de pessoas que tenham autoridade no assunto.

Conclusão: faz uma retomada breve de tudo que foi abordado e conclui o texto. Esta última parte pode ser feita de várias maneiras diferentes, é possível deixar o assunto ainda aberto criando uma pergunta reflexiva, ou concluir o assunto com as suas próprias conclusões a partir das ideias e argumentos do desenvolvimento.

Outro aspecto que merece especial atenção são os conectores. São responsáveis pela coesão do texto e tornam a leitura mais fluente, visando estabelecer um encadeamento lógico entre as ideias e servem de ligação entre o parágrafo, ou no interior do período, e o tópico que o antecede.

Saber usá-los com precisão, tanto no interior da frase, quanto ao passar de um enunciado para outro, é uma exigência também para a clareza do texto.

Sem os conectores (pronomes relativos, conjunções, advérbios, preposições, palavras denotativas) as ideias não fluem, muitas vezes o pensamento não se completa, e o texto torna-se obscuro, sem coerência.

Esta estrutura é uma das mais utilizadas em textos argumentativos, e por conta disso é mais fácil para os leitores.

Existem diversas formas de se estruturar cada etapa dessa estrutura de texto, entretanto, apenas segui-la já leva ao pensamento mais direto.

NÍVEIS DE LINGUAGEM

Definição de linguagem

Linguagem é qualquer meio sistemático de comunicar ideias ou sentimentos através de signos convencionais, sonoros, gráficos, gestuais etc. A linguagem é individual e flexível e varia dependendo da idade, cultura, posição social, profissão etc. A maneira de articular as palavras, organizá-las na frase, no texto, determina nossa linguagem, nosso estilo (forma de expressão pessoal).

As inovações linguísticas, criadas pelo falante, provocam, com o decorrer do tempo, mudanças na estrutura da língua, que só as incorpora muito lentamente, depois de aceitas por todo o grupo social. Muitas novidades criadas na linguagem não vingam na língua e caem em desuso.

Língua escrita e língua falada

A língua escrita não é a simples reprodução gráfica da língua falada, por que os sinais gráficos não conseguem registrar grande parte dos elementos da fala, como o timbre da voz, a entonação, e ainda os gestos e a expressão facial. Na realidade a língua falada é mais descontraída, espontânea e informal, porque se manifesta na conversação diária, na sensibilidade e na liberdade de expressão do falante. Nessas situações informais, muitas regras determinadas pela língua padrão são quebradas em nome da naturalidade, da liberdade de expressão e da sensibilidade estilística do falante.

Linguagem popular e linguagem culta

Podem valer-se tanto da linguagem popular quanto da linguagem culta. Obviamente a linguagem popular é mais usada na fala, nas expressões orais cotidianas. Porém, nada impede que ela esteja presente em poesias (o Movimento Modernista Brasileiro procurou valorizar a linguagem popular), contos, crônicas e romances em que o diálogo é usado para representar a língua falada.

Linguagem Popular ou Coloquial

Usada espontânea e fluentemente pelo povo. Mostra-se quase sempre rebelde à norma gramatical e é carregada de vícios de linguagem (solecismo – erros de regência e concordância; barbarismo – erros de pronúncia, grafia e flexão; ambiguidade; cacofonia; pleonismo), expressões vulgares, gírias e preferência pela coordenação, que ressalta o caráter oral e popular da língua. A linguagem popular está presente nas conversas familiares ou entre amigos, anedotas, irradiação de esportes, programas de TV e auditório, novelas, na expressão dos esta dos emocionais etc.

REALIDADE ÉTNICA, SOCIAL, HISTÓRICA, GEOGRÁFICA, CULTURAL, POLÍTICA E ECONÔMICA DO ESTADO DE GOIÁS E DO BRASIL

FORMAÇÃO ECONÔMICA DE GOIÁS: A MINERAÇÃO NO SÉCULO XVIII, A AGROPECUÁRIA NOS SÉCULOS XIX E XX, A ESTRADA DE FERRO E A MODERNIZAÇÃO DA ECONOMIA GOIANA, AS TRANSFORMAÇÕES ECONÔMICAS COM A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA, INDUSTRIALIZAÇÃO, INFRAESTRUTURA E PLANEJAMENTO

A Extração Aurífera

O elemento que legitimava as ações de controle político e econômico da metrópole sobre a colônia era o Pacto Colonial, este tornava a segunda uma extensão da primeira e por isso nela vigoravam todos os mandos e desmandos do soberano, inclusive havia grande esforço da metrópole no sentido de reprimir a dedicação a outras atividades que não fossem a extração aurífera, tais como agricultura e pecuária, que inicialmente existiam estritamente para a subsistência. A explicação para tal intransigência era simples: aumentar a arrecadação pela elevação da extração.

O ouro era retirado das datas que eram concedidas com privilégios a quem as encontrassem. De acordo com Salles, ao descobridor cabia os “melhores cabedais o direito de socavar vários locais, e escolher com segurança a mina mais lucrativa, assim como situar outras jazidas sem que outro trabalho lhe fosse reservado, senão o de reconhecer o achado, legalizá-lo e receber o respectivo tributo, era vantajosa política para a administração portuguesa. Ao particular, todas as responsabilidades seduzindo-o com vantagens indiscriminadas, porém temporárias”. (SALLES, 1992, p.131).

À metrópole Portuguesa em contrapartida cabia apenas o bônus de receber os tributos respaldados pelo pacto colonial e direcionar uma parte para manutenção dos luxos da coroa e do clero e outra, uma boa parte desse numerário, era canalizada para a Inglaterra com quem a metrópole mantinha alguns tratados comerciais que serviam apenas para canalizar o ouro para o sistema financeiro inglês.

“Os Quintos Reais, os Tributos de Ofícios e um por cento sobre os contratos pertenciam ao Real Erário e eram remetidos diretamente a Lisboa, enquanto sob a jurisdição de São Paulo, o excedente das rendas da Capitania eram enviados à sede do governo e muitas vezes redistribuídos para cobrir as despesas de outras localidades carentes”. (SALLES, 1992, p.140).

O um dos fatores que contribuiu para o sucesso da empresa mineradora foi sem nenhuma sombra de dúvidas o trabalho compulsório dos escravos africanos, expostos a condições de degradação, tais como: grande período de exposição ao sol, manutenção do corpo por longas horas mergulhado parcialmente em água e em posições inadequadas.

Além disso, ainda eram submetidos a violências diversas, que os mutilavam fisicamente e psicologicamente de forma irremediável. Sob essas condições em média os africanos escravos tinham uma sobrevivência de oito anos. Os indígenas também foram submetidos a tais condições, porém não se adaptaram.

O segundo elemento catalisador do processo foi a descoberta de novos achados. Esses direcionavam o fluxo da população, descobria-se uma nova mina e, pronto, surgia uma nova vila, geralmente às margens de um rio.

“O mineiro extraía o ouro e podia usá-lo como moeda no território das minas, pois, proibida a moeda de ouro, o ouro em pó era a única moeda em circulação. No momento em que decidisse retirar o seu ouro para outras capitanias é que lhe urgia a obrigação de fundi-lo e pagar o quinto”. (PALACÍN, 1994, p. 44).

Nessa economia onde a descoberta e extração de ouro para o enriquecimento era o sentido dominante na consciência das pessoas, o comerciante lucrou enormemente porque havia uma infinidade de necessidades dos habitantes, que deveriam ser sanadas. A escassez da oferta ocasionava valorização dos produtos de primeira necessidade e assim grande parte do ouro que era extraído das lavras acabava chegando às mãos do comerciante, que era quem na maioria das vezes o direcionava para as casas de fundição. Inicialmente, todo ouro para ser quitado deveria ser encaminhado para a capitania de São Paulo, posteriormente de acordo com Palacin (1975, p. 20) foram criadas “duas Casas de Fundição na Capitania de Goiás: uma em Vila Boa, atendendo à produção do sul e outra em S. Félix para atender o norte.”

A Produção de Ouro Em Goiás

A partir do ano de 1725 o território goiano inicia sua produção aurífera. Os primeiros anos são repletos de achados. Vários arraiais vão se formando onde ocorrem os novos descobertas, o ouro extraído das datas era fundido na Capitania de São Paulo, para “lá, pois, deviam ir os mineiros com seu ouro em pó, para fundi -lo, recebendo de volta, depois de descontado o quinto, o ouro em barras de peso e toque contrastados e sigilados com o selo real.” (PALACÍN, 1994, p. 44).

Os primeiros arraiais vão se formando aos arredores do rio vermelho, Anta, Barra, Ferreiro, Ouro Fino e Santa Rita que contribuíram para a atração da população. À medida que vão surgindo novos descobertos os arraiais vão se multiplicando por todo o território. A Serra dos Pirineus em 1731 dará origem à Meia Ponte, importante elo de comunicação, devido a sua localização. Na Região Norte, foram descobertas outras minas, Maranhão (1730), Água Quente (1732), Natividade (1734), Traíras (1735), São José (1736), São Félix (1736), Pontal e Porto Real (1738), Arraias e Cavalcante (1740), Pilar (1741), Carmo (1746), Santa Luzia (1746) e Cocal (1749).

Toda essa expansão demográfica serviu para disseminar focos de população em várias partes do território e, dessa forma, estruturar economicamente e administrativamente várias localidades, mesmo que sobre o domínio da metrópole Portuguesa, onde toda produção que não sofria o descaminho era taxada. “Grande importância é conferida ao sistema administrativo e fiscal das Minas; nota-se a preocupação de resguardar os descaminhos do ouro, mas também a de controlar a distribuição dos gêneros.” (SALLES, 1992, p.133).

Apesar de todo o empenho que era direcionado para a contenção do contrabando, como a implantação de casas de fundição, isolamento de minas, proibição de utilização de caminhos não oficiais, revistas rigorosas, e aplicação de castigos penosos aos que fossem pegos praticando; o contrabando se fazia presente, primeiro devido à insatisfação do povo em relação a grande parte do seu trabalho, que era destinada ao governo, e, em segundo, em razão da incapacidade de controle efetivo de uma região enorme. Dessa forma se todo ouro objeto de contrabando, que seguiu por caminhos obscuros, florestas e portos, tivesse sido alvo de mensuração a produção desse metal em Goiás seria bem mais expressiva.

Os dados oficiais disponíveis sobre a produção aurífera na época são inconsistentes por não serem resultado de trabalho estatístico, o que contribui para uma certa disparidade de dados obtidos em obras distintas, mesmo assim retratam uma produção tímida ao ser comparado a Minas Gerais. A produção do ouro em Goiás de 1730 a 1734 atingiu 1.000 kg, o pico de produção se dá de 1750 a 1754, sendo um total de 5.880 kg. Há vários relatos de que o ano de maior produção foi o de 1.753, já de 1785 a 1789, a produção fica em apenas 1.000 kg, decaindo nos anos seguintes.

A produção do ouro foi “subindo constantemente desde o descobrimento até 1753, ano mais elevado com uma produção de 3.060 kg. Depois decaiu lentamente até 1778 (produção: 1.090), a partir desta data a decadência cada vez é mais acentuada (425 kg em 1800) até quase desaparecer” (20 kg. Em 1822). (PALACÍN, 1975, p. 21). Foram utilizadas duas formas de recolhimento de tributos sobre a produção: o Quinto e a Capitação. E essas formas se alternaram à medida que a efetividade de sua arrecadação foi reduzindo. O fato gerador da cobrança do quinto ocorria no momento em que o ouro era entregue na casa de fundição, para ser fundido, onde era retirada a quinta parte do montante entregue e direcionada ao soberano sem nenhum ônus para o mesmo. A tabela 2 mostra os rendimentos do Quinto do ouro. Observa-se que como citado anteriormente o ano de 1753 foi o de maior arrecadação e pode-se ver também que a produção de Minas Gerais foi bem superior a Goiana.

A capitação era cobrada percapita de acordo com o quantitativo de escravos, nesse caso se estabelecia uma produtividade média por escravo e cobrava-se o tributo. “Para os escravos e trabalhadores livres na mineração, fez-se uma tabela baseada na produtividade média de uma oitava e meia de ouro por semana, arbitrando-se em 4 oitavas e $\frac{3}{4}$ o tributo devido anualmente por trabalhador, compreendendo a oitava 3.600 gramas de ouro, no valor de 1\$200 ou 1\$500 conforme a época”. (SALLES, 1992, p.142) Além do quinto e da capitação havia outros dispêndios como pagamento do imposto das entradas, os dízimos sobre os produtos agropecuários, passagens nos portos, e subornos de agentes públicos; tudo isso tornava a atividade lícita muito onerosa e o contrabando bastante atraente, tais cobranças eram realizadas por particulares que obtinham mediante pagamento antecipado à coroa Portuguesa o direito de receber as rendas, os poderes de aplicar sanções e o risco de um eventual prejuízo. A redução da produtividade foi um grande problema para a manutenção da estabilidade das receitas provenientes das minas. “A diminuição da produtividade iniciou-se já nos primeiros anos, mas começou a tornar-se um problema grave depois de 1750; nos dez primeiros anos (1726-1735), um escravo podia produzir até perto de 400 gramas de ouro por ano; nos 15 anos seguintes (1736-1750) já produzia menos de 300; a partir de 1750 não chegava a 200, e mais tarde, em plena decadência, a produção era semelhante à dos garimpeiros de hoje: pouco mais de 100 gramas”. (PALACÍN, 1975, p.21).

Essa baixa na produtividade era consequência do esgotamento do sistema que tinha como base a exploração de veios auríferos superficiais, a escassez de qualificação de mão de obra e equipamentos apropriados, que pudessem proporcionar menor desperdício, o não surgimento de novas técnicas capazes de reinventar tal sistema, além da cobrança descabida de impostos, taxas e contribuições, que desanimavam o mais motivado minerador.

A Decadência da Mineração

A diminuição da produtividade das minas é a característica marcante do início da decadência do sistema, como citado anteriormente, esse fenômeno passa a ocorrer já nos primeiros anos após a descoberta, porém não é possível afirmar que nessa época seja consequência do esgotamento do minério, devido a outros fatores econômicos e administrativos, como a escassez de mão-de-obra e a vinculação à capitania de São Paulo

Para efeito de análise pode-se convencionar o ano de 1753, o de maior produção, como o divisor de águas que dá início à efetiva derrocada da produção que se efetivará no século seguinte

O fato é que com a exaustão das minas superficiais e o fim dos novos descobertos, fatores dinâmicos da manutenção do processo expansionista da mineração aurífera, a economia entra em estagnação, o declínio da população ocasionado pelo fim da imigração reflete claramente a desaceleração de vários setores como o comércio responsável pela manutenção da oferta de gêneros oriundos das importações. A agropecuária que, embora sempre orientada para a subsistência, fornecia alguns elementos e o próprio setor público sofria com a queda da arrecadação.

“A falta de experiência, a ambição do governo, e, em parte, o desconhecimento do País, mal organizado e quase despovoado, deram lugar a muitas leis inadequadas, que provocavam a ruína rápida desse notável ramo de atividade, importante fonte de renda para o Estado. De nenhuma dessas leis numerosas que tem aparecido até hoje se pode dizer propriamente que tivesse por finalidade a proteção da indústria do ouro. Ao contrário, todas elas apenas visavam o aumento a todo custo da produção, com o estabelecimento de medidas que assegurassem a parte devida à Coroa”. (PALACÍN, 1994, p.120).

É certo que a grande ambição do soberano em muito prejudicou a empresa mineradora e o contrabando agiu como medida mitigadora desse apetite voraz, porém com a decadência nem mesmo aos comerciantes, que foram os grandes beneficiados economicamente, restaram recursos para prosseguir. O restabelecimento da atividade extrativa exigia a criação de novas técnicas e novos processos algo que não se desenvolveu nas décadas em que houve prosperidade, não poderia ser desenvolvido de imediato.

À medida que o ouro de superfície, de fácil extração, vai se esgotando ocorre a necessidade de elevação do quantitativo do elemento matriz minerador, o escravo, desse modo:

“As lavras operavam a custos cada vez mais elevados, ainda mais pelo fato de parte da escravaria estar voltada também para atividades complementares. O adiantamento de capital em escravos, a vida curta deles aliada à baixa produtividade nas minas fatalmente conduziram empreendimentos à insolvência e falência”. (ESTEVAM, 2004, p. 34).

Após verificar o inevitável esgotamento do sistema econômico baseado na extração do ouro a partir do segundo quartel do século XVIII, o governo Português implanta algumas medidas visando reerguer a economia no território, dentre elas o incentivo à agricultura e à manufatura, e a navegação dos rios Araguaia, Tocantins, e Paranaíba, que se fizeram indiferentes ao desenvolvimento do sistema. Ocorre então a falência do sistema e o estabelecimento de uma economia de subsistência, com ruralização da população e o consequente empobrecimento cultural.

Na prática, é muito mais simples ater-se aos valores do que aos princípios, pois este último exige muito de nós. Os valores completamente equivocados da nossa sociedade – dinheiro, sucesso, luxo e riqueza – estão na ordem do dia, infelizmente. Todos os dias somos convidados a negligenciar os princípios e adotar os valores ditados pela sociedade.

Virtudes, segundo o Aurélio, são disposições constantes do espírito, as quais, por um esforço da vontade, inclinam à prática do bem. Aristóteles afirmava que há duas espécies de virtudes: a intelectual e a moral. A primeira deve, em grande parte, sua geração e crescimento ao ensino, e por isso requer experiência e tempo; ao passo que a virtude moral é adquirida com o resultado do hábito.

Segundo Aristóteles, nenhuma das virtudes morais surge em nós por natureza, visto que nada que existe por natureza pode ser alterado pela força do hábito, portanto, virtudes nada mais são do que hábitos profundamente arraigados que se originam do meio onde somos criados e condicionados através de exemplos e comportamentos semelhantes.

Uma pessoa pode ter valores e não ter princípios. Hitler, por exemplo, conhecia os princípios, mas preferiu ignorá-los e adotar valores como a supremacia da raça ariana, a aniquilação da oposição e a dominação pela força.

No mundo corporativo não é diferente. Embora a convivência seja, por vezes, insuportável, deparamo-nos com profissionais que atropelam os princípios, como se isso fosse algo natural, um meio de sobrevivência, e adotam valores que nada tem a ver com duas grandes necessidades corporativas: a convivência pacífica e o espírito de equipe. Nesse caso, virtude é uma palavra que não faz parte do seu vocabulário e, apesar da falta de escrúpulo, leva tempo para destituí-los do poder.

Valores e virtudes baseados em princípios universais são inegociáveis e, assim como a ética e a lealdade, ou você tem, ou não tem. Entretanto, conceitos como liberdade, felicidade ou riqueza não podem ser definidos com exatidão. Cada pessoa tem recordações, experiências, imagens internas e sentimentos que dão um sentido especial e particular a esses conceitos.

O importante é que você não perca de vista esses conceitos e tenha em mente que a sua contribuição, no universo pessoal e profissional, depende da aplicação mais próxima possível do senso de justiça. E a justiça é uma virtude tão difícil, e tão negligenciada, que a própria justiça sente dificuldades em aplicá-la, portanto, lute pelos princípios que os valores e as virtudes fluirão naturalmente.

ÉTICA E DEMOCRACIA: EXERCÍCIO DA CIDADANIA

Ética e democracia: exercício da cidadania.

A ética é construída por uma sociedade com base nos valores históricos e culturais. Do ponto de vista da Filosofia, a Ética é uma ciência que estuda os valores e princípios morais de uma sociedade e seus grupos.

Cada sociedade e cada grupo possuem seus próprios códigos de ética.

Cidadão é um indivíduo que tem consciência de seus direitos e deveres e participa ativamente de todas as questões da sociedade.

É muito importante entender bem o que é cidadania. Trata-se de uma palavra usada todos os dias, com vários sentidos. Mas hoje significa, em essência, o direito de viver decentemente.

Cidadania é o direito de ter uma ideia e poder expressá-la. É poder votar em quem quiser sem constrangimento. É poder processar um médico que age de negligência. É devolver um produto estragado e receber o dinheiro de volta. É o direito de ser negro, índio, homossexual, mulher sem ser discriminado. De praticar uma religião sem se perseguido.

Há detalhes que parecem insignificantes, mas revelam estágios de cidadania: respeitar o sinal vermelho no trânsito, não jogar papel na rua, não destruir telefones públicos. Por trás desse comportamento está o respeito ao outro.

No sentido etimológico da palavra, cidadão deriva da palavra *civita*, que em latim significa cidade, e que tem seu correlato grego na palavra *politikos* – aquele que habita na cidade.

Segundo o Dicionário Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, “cidadania é a qualidade ou estado do cidadão”, entende-se por cidadão “o indivíduo no gozo dos direitos civis e políticos de um estado, ou no desempenho de seus deveres para com este”.

Cidadania é a pertença passiva e ativa de indivíduos em um estado - nação com certos direitos e obrigações universais em um específico nível de igualdade (Janoski, 1998). No sentido ateniense do termo, cidadania é o direito da pessoa em participar das decisões nos destinos da Cidade através da *Ekklesia* (reunião dos chamados de dentro para fora) na *Ágora* (praça pública, onde se agonizava para deliberar sobre decisões de comum acordo). Dentro desta concepção surge a democracia grega, onde somente 10% da população determinava os destinos de toda a Cidade (eram excluídos os escravos, mulheres e artesãos).

Ser cidadão é respeitar e participar das decisões da sociedade para melhorar suas vidas e a de outras pessoas. Ser cidadão é nunca se esquecer das pessoas que mais necessitam. A cidadania deve ser divulgada através de instituições de ensino e meios de comunicação para o bem estar e desenvolvimento da nação. A cidadania consiste desde o gesto de não jogar papel na rua, não pichar os muros, respeitar os sinais e placas, respeitar os mais velhos (assim como todas às outras pessoas), não destruir telefones públicos, saber dizer obrigado, desculpe, por favor, e bom dia quando necessário... até saber lidar com o abandono e a exclusão das pessoas necessitadas, o direito das crianças carentes e outros grandes problemas que enfrentamos em nosso mundo.

“A revolta é o último dos direitos a que deve um povo livre buscar, para garantir os interesses coletivos: mas é também o mais imperioso dos deveres impostos aos cidadãos.” (Juarez Távora - Militar e político brasileiro)

Cidadania é o exercício dos direitos e deveres civis, políticos e sociais estabelecidos na constituição. Os direitos e deveres de um cidadão devem andar sempre juntos, uma vez que ao cumprirmos nossas obrigações permitimos que o outro exerça também seus direitos. Exercer a cidadania é ter consciência de seus direitos e obrigações e lutar para que sejam colocados em prática. Exercer a cidadania é estar em pleno gozo das disposições constitucionais. Preparar o cidadão para o exercício da cidadania é um dos objetivos da educação de um país.

A Constituição da República Federativa do Brasil foi promulgada em 5 de outubro de 1988, pela Assembleia Nacional Constituinte, composta por 559 congressistas (deputados e senadores). A Constituição consolidou a democracia, após os anos da ditadura militar no Brasil.

A cidadania está relacionada com a participação social, porque remete para o envolvimento em atividades em associações culturais (como escolas) e esportivas.

Deveres do cidadão

- Votar para escolher os governantes;
- Cumprir as leis;
- Educar e proteger seus semelhantes;
- Proteger a natureza;
- Proteger o patrimônio público e social do País.

Direitos do cidadão

- Direito à saúde, educação, moradia, trabalho, previdência social, lazer, entre outros;
- O cidadão é livre para escrever e dizer o que pensa, mas precisa assinar o que disse e escreveu;
- Todos são respeitados na sua fé, no seu pensamento e na sua ação na cidade;
- O cidadão é livre para praticar qualquer trabalho, ofício ou profissão, mas a lei pode pedir estudo e diploma para isso;
- Só o autor de uma obra tem o direito de usá-la, publicá-la e tirar cópia, e esse direito passa para os seus herdeiros;
- Os bens de uma pessoa, quando ela morrer, passam para seus herdeiros;
- Em tempo de paz, qualquer pessoa pode ir de uma cidade para outra, ficar ou sair do país, obedecendo à lei feita para isso.

A ética é daquelas coisas que todo mundo sabe o que são, mas que não são fáceis de explicar, quando alguém pergunta. Tradicionalmente ela é entendida como um estudo ou uma reflexão, científica ou filosófica, e eventualmente até teológica, sobre os costumes ou sobre as ações humanas. Mas também chamamos de ética a própria vida, quando conforme aos costumes considerados corretos. A ética pode ser o estudo das ações ou dos costumes, e pode ser a própria realização de um tipo de comportamento.

Enquanto uma reflexão científica, que tipo de ciência seria a ética? Tratando de normas de comportamentos, deveria chamar-se uma ciência normativa. Tratando de costumes, pareceria uma ciência descritiva. Ou seria uma ciência de tipo mais especulativo, que tratasse, por exemplo, da questão fundamental da liberdade?

Que outra ciência estuda a liberdade humana, enquanto tal, e em suas realizações práticas? Onde se situa o estudo que pergunta se existe a liberdade? E como ele deveria ser definida teoricamente, a como deveria ser vivida, praticamente? Ora, ligado ao problema da liberdade, aparece sempre o problema do bem e do mal, e o problema da consciência moral e da lei, e vários outros problemas deste tipo.

ÉTICA E FUNÇÃO PÚBLICA

E na Administração Pública, qual o papel da ética?

Uma vez que é através das atividades desenvolvidas pela Administração Pública que o Estado alcança seus fins, seus agentes públicos são os responsáveis pelas decisões governamentais e pela execução dessas decisões.

Para que tais atividades não desvirtuem as finalidades estatais a Administração Pública se submete às normas constitucionais e às leis especiais. Todo esse aparato de normas objetiva a um comportamento ético e moral por parte de todos os agentes públicos que servem ao Estado.

Princípios constitucionais que balizam a atividade administrativa:

Devemos atentar para o fato de que a Administração deve pautar seus atos pelos princípios elencados na Constituição Federal, em seu art. 37 que prevê: *“A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência (...)”*.

Quanto aos citados princípios constitucionais, o entendimento do doutrinador pátrio Hely Lopes Meirelles é o seguinte:

“- Legalidade - A legalidade, como princípio da administração (CF, art. 37, caput), significa que o administrador público está, em toda a sua atividade funcional, sujeito aos mandamentos da lei e às exigências do bem comum, e deles não se pode afastar ou desviar, sob pena de praticar ato inválido e expor-se a responsabilidade disciplinar, civil e criminal, conforme o caso. (...)”

- Impessoalidade – O princípio da impessoalidade, (...), nada mais é que o clássico princípio da finalidade, o qual impõe ao administrador público que só pratique o ato para o seu fim legal. E o fim legal é unicamente aquele que a norma de Direito indica expressa ou virtualmente como objetivo do ato, de forma impessoal. Esse princípio também deve ser entendido para excluir a promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos sobre suas realizações administrativas (...)

- Moralidade – A moralidade administrativa constitui, hoje em dia, pressuposto de validade de todo ato da Administração Pública (...). Não se trata – diz Hauriou, o sistematizador de tal conceito – da moral comum, mas sim de uma moral jurídica, entendida como “o conjunto de regras de conduta tiradas da disciplina interior da Administração” (...)

- Publicidade - Publicidade é a divulgação oficial do ato para conhecimento público e início de seus efeitos externos. (...) O princípio da publicidade dos atos e contratos administrativos, além de assegurar seus efeitos externos, visa a propiciar seu conhecimento e controle pelos interessados diretos e pelo povo em geral, através dos meios constitucionais (...)

- Eficiência – O princípio da eficiência exige que a atividade administrativa seja exercida com presteza, perfeição e rendimento funcional. É o mais moderno princípio da função administrativa, que já não se contenta em ser desempenhada apenas com legalidade, exigindo resultados positivos para o serviço público e satisfatório atendimento das necessidades da comunidade e de seus membros. (...)”

Função pública é a competência, atribuição ou encargo para o exercício de determinada função. Ressalta-se que essa função não é livre, devendo, portanto, estar o seu exercício sujeito ao interesse público, da coletividade ou da Administração. Segundo Maria Sylvania Z. Di Pietro, função “é o conjunto de atribuições às quais não corresponde um cargo ou emprego”.

No exercício das mais diversas funções públicas, os servidores, além das normatizações vigentes nos órgão e entidades públicas que regulamentam e determinam a forma de agir dos agentes públicos, devem respeitar os valores éticos e morais que a sociedade impõe para o convívio em grupo. A não observação desses valores acarreta uma série de erros e problemas no atendimento ao público e aos usuários do serviço, o que contribui de forma significativa para uma imagem negativa do órgão e do serviço.

Um dos fundamentos que precisa ser compreendido é o de que o padrão ético dos servidores públicos no exercício de sua função pública advém de sua natureza, ou seja, do caráter público e de sua relação com o público.

O servidor deve estar atento a esse padrão não apenas no exercício de suas funções, mas 24 horas por dia durante toda a sua vida. O caráter público do seu serviço deve se incorporar à sua vida privada, a fim de que os valores morais e a boa-fé, amparados constitucionalmente como princípios básicos e essenciais a uma vida equilibrada, se insiram e seja uma constante em seu relacionamento com os colegas e com os usuários do serviço.

O Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal estabelece no primeiro capítulo valores que vão muito além da legalidade.

Além disso, ela constitui uma ampla faixa do currículo em que a escola pode exercitar toda a sua criatividade, no sentido de atender às reais necessidades de seus alunos, considerando as características culturais e econômicas da comunidade que atua, construindo-a, essencialmente, mediante o desenvolvimento de projetos e atividades de interesse. A parte diversificada pode tanto ser utilizada para aprofundar elementos da Base Nacional Comum, como para introduzir novos elementos, sempre de acordo com as necessidades. No Ensino Médio, é um espaço em que pode ser iniciada a formação profissional, mediante o oferecimento de componentes curriculares passíveis de aproveitamento em curso técnico da área correspondente.

Se para a escola é importante poder contar com uma parcela do currículo livremente estabelecida, para o aluno essa pode ser uma importante oportunidade de participar ativamente da seleção de um plano de estudos. Isso pode acontecer na escolha de disciplinas optativas ou facultativas, por exemplo. “As disciplinas optativas são aquelas que, sendo obrigatórias, admitem que o aluno escolha entre as alternativas disponíveis, não podendo, porém, deixar de fazê-las [...] A disciplinas facultativas são aquelas que o aluno acrescenta a um plano de estudos que já satisfaz os mínimos exigidos pela escola.” (BRASIL, 2006). Ou seja, a disciplinas optativas fazem parte da base curricular obrigatória, enquanto as disciplinas facultativas podem ser escolhidas livremente para complementar o currículo.

Contudo, a lei indica que compete à escola elaboração de sua proposta pedagógica. Em continuação, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), identifica os delineamentos gerais para a organização do trabalho pedagógico nas escolas. No art. 27 da lei que trata da educação básica, podemos destacar as seguintes diretrizes no que se refere aos conteúdos dos currículos escolares da educação básica.

Art. 27. Os conteúdos curriculares da educação básica observarão ainda, as seguintes Diretrizes:

I – a difusão de valores fundamentais ao interesse social, aos direitos e deveres dos cidadãos, de respeito ao bem comum e a ordem democrática;

II – consideração das condições de escolaridade dos alunos em cada estabelecimento;

III – orientação para o trabalho;

IV – promoção do desporto educacional e apoio às práticas desportivas não formais.

O currículo escolar é um elemento enriquecedor do trabalho do professor/educador no contexto formal e no contexto não formal. O currículo é de suma importância para a vida e para o planejamento do docente, pois é o currículo que possibilita ao professor uma organização fixa dos conteúdos e das atividades de forma clara, crítica, autônoma, reflexiva, ativa e democrática no contexto escolar, sendo o currículo, um recurso em prol ao ensino-aprendizagem e ao desenvolvimento significativo dos discentes na sociedade.

É necessário refletir, sobre as diversas atividades elaboradas em algumas escolas, onde, se observa a carga horária extensa utilizada para a realização de atividades festivas/ comemorativas no âmbito educacional. Sabe-se, que há muitas datas comemorativas que as escolas adquirem como uma “tradição popular”, datas essas, que começam a ser celebradas no início do ano no mês de fevereiro, no momento em que os alunos voltam às aulas, sendo que tais celebrações só se encerram no mês de dezembro, e assim finaliza-se o ano, com um “recheio de festividades, sem reflexão para a vida humana dos alunos”. É preciso ressaltar, que nem tudo que acontece ou realiza-se

na escola, pode ser considerado do currículo escolar, isso pelo fato, que inúmeras vezes, não há uma reflexão intencional sobre as atividades elaboradas dentro do contexto educacional.

Saviani (2000), ao tratar sobre os conteúdos que são trabalhados na escola, afirma que, muitas vezes, os professores dedicam bastante tempo às questões secundárias em detrimento da real necessidade da escola. Perde-se, muito tempo com atividades descontextualizadas, como, por exemplo, as diversas comemorações realizadas durante o ano letivo, que seguem desde o carnaval até as festas natalinas. Essas atividades, em sua maioria, partem de ações isoladas, não vinculadas ao planejamento, e com uma concepção de cunho ideológico que relegam para segundo plano as questões históricas que permeiam tais festividades.

Segundo o mesmo autor, a escola poderia dedicar seu tempo para a apropriação do saber científico. Nas palavras de Saviani (2000, p. 1):

Dou apenas um exemplo: o ano letivo começa em fevereiro e logo temos a semana do índio, a semana santa, a semana das mães, semana do folclore, as festas juninas, em agosto vem à semana do soldado, depois a semana da Pátria, a semana da árvore, os jogos da primavera, semana da criança, festa do professor, do funcionário público, semana da asa, semana da República, festa da bandeira, e nesse momento já chegamos ao final de novembro. O ano letivo se encerra e estamos diante da seguinte constatação: fez-se tudo na escola; encontrou-se tempo para toda espécie de comemoração, mas muito pouco tempo foi destinado ao processo de transmissão-assimilação de conhecimentos sistematizados. Mas, pode-se perguntar: qual é o problema? Se tudo é currículo, se tudo o que a escola faz é importante, se tudo concorre para o crescimento e aprendizagem dos alunos, então tudo o que faz é válido e a escola não deixou de cumprir sua função educativa. No entanto, o que se constata é que, de semana em semana, de comemoração em comemoração a verdade é que a escola perdeu de vista a sua atividade nuclear que é a de propiciar aos alunos a aquisição dos instrumentos de acesso ao saber elaborado.

É imprescindível repensar, a ideia crítica do autor Saviani (2000), ideia essa, que permite analisar de fato, que a escola dispõe sim, de muito tempo para atividades comemorativas, fragilizadas e secundárias. É importante acrescentar, que ninguém está afirmando que essas atividades são desnecessárias no contexto escolar, muito pelo contrário, as atividades comemorativas, históricas e culturais, tem que ser realizada, vivenciada, praticada e compreendida verdadeiramente pelos discentes no ambiente escolar, onde tais atividades devem ser praticadas de uma maneira mais real e reflexiva, e não apenas do professor chegar à sala de aula e disser para os alunos, por exemplo: “hoje comemoramos o dia do índio, vamos colorir em folha de papel sulfite, a aldeia, a qual representa a comunidade dos povos indígenas”. Nota-se, que só dos alunos saber que tal data comemora-se o dia do índio, e que a aldeia representa a comunidade dos povos indígenas, não vai contribuir para a aprendizagem dos discentes, muito menos para ampliar qualquer conhecimento ou entendimento, pois, o assunto precisa ser exemplificado, a história precisa ser contada com valores, ensinamentos, princípios e principalmente com reflexão e análise crítica.

Não há como negar, que há um distanciamento das atividades escolares com a realidade social dos discentes, a escola e os professores/educadores, precisam propor metodologias de ensino mais concreta, como também, estar mais abertos ao diá-

logo, na busca de obter uma conversa sensibilizada com os pais e com os educandos que chegam até a escola, na tentativa de conhecer concretamente a realidade dos discentes, para então, poder oferecer uma aprendizagem de qualidade, sendo que esta aprendizagem deve atender as necessidades e as diversas realidades dos alunos em processo de escolarização.

Contudo, observa-se que tais atividades comemorativas devem ter certos limites, pois é muitas comemorações de fevereiro á dezembro na escola. Não há como contrariar a opinião do autor Saviani (2000), quando o mesmo afirma que a escola desperdiça muito tempo com atividades comemorativas e secundárias. Se pararmos para refletir, e analisar concretamente cada data festiva que a escola comemora, e não consegue se “desligar um pouco”, nem mesmo, deixar de lado nenhuma comemoração, certamente, entenderemos a carga horária esbanjada com atividades repetitivas todo ano no contexto escolar, ano após ano, as atividades comemorativas seguem o mesmo padrão, isto é, comemoração de fevereiro há dezembro. Diante desse fato, é possível entender também, as muitas dificuldades de aprendizagem que tantos alunos enfrentam durante o ano todo na escola, pois com tantas comemorações e festividades, o tempo para reflexão e para a assimilação concreta do conhecimento, é limitado.

Exemplo: as comemorações de festas juninas parecem ser simples, rotineiras, com pouco tempo de ensaio, mas, se vamos á qualquer escola, e acompanhamos a turma, o professor/educador nos ensaios, nas danças, no entendimento por parte dos alunos sobre como dançar e entender a música apresentada pelo educador, nesse tempo, pode-se observar quantas horas e quantas aulas se acabam apenas de explicações que se faz necessário para a concretização da dança e para a compreensão da música. Nas festas juninas, é interessante lembrar, que o ensaio por turma pode levar até um mês, obvio que não é ensaiado todo dia na escola, mas é claro, que é ensaiado pelo menos duas vezes por semana.

Obviamente, essa cultura curricular instalada dentro das escolas, prejudica gradativamente o desenvolvimento científico dos alunos, a qual precisa ser modificada tempo ao tempo. É quase “normal” visualizarmos ou lermos em jornais, livros ou revistas, o quanto é constante em algumas escolas, os alunos não aprenderem nem o básico dos valores humanos e educacionais, para então, poderem viver bem em sociedade. Infelizmente, o ensino-aprendizagem está muito fragilizado, passivo, fragmentado, e precisa sim, de uma reestruturação na aprendizagem escolar de todos os alunos. A carga horária para atividades comemorativas no contexto escolar deve ser levada em conta, isto é, precisa ser diminuída, pois, se refletirmos um pouco sobre tantas comemorações o ano todo, chegaremos à conclusão, que a escola não precisa comemorar cada data festiva, como destacada no calendário tradicionalmente.

Na estruturação do currículo é importante a apropriada administração do tempo: da escola, no que diz respeito ao cumprimento do ano letivo, do aluno, otimizando a utilização de sua permanência no ambiente escolar; e do professor, para o correto aproveitamento da carga horária de seu contrato de trabalho. Além disso, é necessário distribuir, ao longo dos diferentes anos letivos – seja qual for a organização adotada na escola, em séries semestrais, anuais, por ciclos, etapas ou módulos – os conteúdos programáticos, a planejada complexificação de atividades e a crescente autonomia dos alunos no desenvolvimento de tarefas, aquisição de habilidades e demonstração de competências (BRASIL, 2006).

A escola quando segue passo a passo o calendário tradicional, e uma grade curricular baseada em conteúdos e disciplinas isoladas, causa á impressão, que tal escola pouco se preocupa, ou se quer, reflete sobre a aprendizagem e as dificuldades encontradas no ensino dos alunos, como também, no desenvolvimento científico, social, cultural, e ativo dos discentes na sociedade, pois além de atividades comemorativas, os discentes precisam primeiramente de um ensino-aprendizagem concreto, significativo, qualitativo, democrático, autônomo e inclusivo nos diversos contextos sociais.

O currículo escolar quando bem elaborado pela comunidade escolar, este busca atender há diversidade cultural presente na escola, e ao mesmo, oferece um conjunto significativo de conhecimentos, o qual deve ser compreendido de maneira democrática no contexto escolar, pois quando o currículo apresenta conteúdos passivos, certamente, é porque a escola também é passiva frente ao processo de aprendizagem. A escola deve lutar incansavelmente pela formação da consciência humana, científica, e não apenas desempenhar a tarefa de preparar os discentes para ás necessidades do mercado de trabalho, pois nessa ênfase do trabalho, a escola não é capaz de formar seus alunos para a cidadania, nem mesmo, oportuniza aos educandos, o entendimento e a compreensão de seus direitos e deveres enquanto pessoas humanas.

Sobre essa questão, Wihby, Favaro e Lima (2007, p. 13) propõem:

A luta pela garantia de uma escola pública da melhor qualidade possível nas condições históricas atuais, que supere os projetos pedagógicos capitalistas, o paradigma do mercado aplicado á educação, indo além da função de preparar para o mercado de trabalho ou universidade. O objetivo deve ser o de assegurar aos indivíduos a apropriação dos conhecimentos sistematizados, ou seja, da ciência, propiciando o desenvolvimento de uma concepção mais elaborada de mundo, que possibilite sua compreensão, a apreensão de suas múltiplas e complexas dimensões, para uma atuação humana mais racional e consciente.

Nesse sentido, analisa-se que currículo escolar deve ser mais bem elaborado na escola, pois o currículo é um conjunto de conhecimentos em prol ao ensino-aprendizagem dos educandos, e quando o mesmo é bem planejado, organizado e elaborado coletivamente por todos no contexto escolar, certamente os conhecimentos serão muito mais abrangentes, qualitativos e gratificantes para todos que fazem parte do processo do aprender-aprender. O que se analisa muitas vezes são instituições escolares que não sabem fazer um bom uso do currículo escolar, onde acabam desvalorizando o mesmo, ou fragmentando-o. Contudo, a escola passiva que não valoriza o currículo como fundamental na práxis pedagógica, obviamente não consegue formar cidadãos críticos, não humaniza, não sensibiliza para com o respeito ás diferenças, nem ativa o pensamento crítico/ reflexivo dos discentes, assim como não atende aos interesses da comunidade, e muito menos, dos alunos em processo de aprendizagem e conhecimento.

Diante desse fato, pode-se afirmar, que quando há na escola um ensino-aprendizagem sem estratégia, sem estrutura e sem reflexão para o desenvolvimento humano, certamente tal ensino, deve ser excluído totalmente da escola e da vida de todos que compõem o espaço formal.

outras áreas (Educação, Esporte, Cultura, Ciências, Saúde, Lazer e Turismo), evidenciando-se também o seu compromisso com as grandes questões da humanidade (exclusão social, países sub-desenvolvidos, indivíduos portadores de necessidades especiais, meio ambiente e a paz mundial).

Percebe-se claramente que a Educação Física neste novo século procura assumir uma postura mais comprometida com a melhoria da sociedade, na medida em que assume, de fato, um compromisso político com as grandes questões da sociedade, participando e interferindo no processo histórico de toda a humanidade. As orientações contidas no Manifesto Mundial de Educação Física da *Fédération Internationale D'Education Physique* (FIEP) acenam na direção de uma Educação Física comprometida com os direitos fundamentais do indivíduo; em ser uma atividade educacional englobando as diversas formas de atividades físicas (jogos, esportes, danças, lutas, atividades de aventura, relaxamento e ocupações diversas do lazer ativo) e que se propõe a desenvolver as dimensões motora, afetiva, cognitiva e social do educando.

Pode-se conceituar a Educação Física no panorama mundial atual como uma atividade educativa por excelência, comprometida com os direitos fundamentais do ser humano (saúde, ocupação saudável do tempo livre, preservação da cultura, entre outros) constituindo-se, portanto, num meio efetivo para a conquista de um estilo de vida ativo das pessoas.

Na Antiguidade	A Educação Física na Antiguidade (no sentido de que privilegia tão somente o aspecto físico) pode ser entendida como uma preparação para os embates e tem caráter predominantemente militar e guerreiro.
Período clássico grego	A Educação Física grega pode ser compreendida como um conjunto de atividades que tem como finalidade desenvolver a perfeição física e os valores morais, buscando a formação do indivíduo forte, saudável, belo e virtuoso.
Educação Física em Roma	É o meio através do qual são preparados, além do guerreiro conquistador, o gladiador hábil e resistente para vencer os combates nas arenas e circos romanos.
Na Idade Média	A Educação Física desse período pode ser entendida como um conjunto de práticas que tem como objetivo o desenvolvimento de habilidades físicas específicas, buscando a formação do indivíduo hábil, valoroso e cortês.
Educação Física na Renascença	No panorama renascentista pode-se conceituar a Educação Física como um conjunto de atividades físicas, que por suas características peculiares, proporcionam o bem-estar físico e psicológico do indivíduo, buscando o seu desenvolvimento integral.

Educação Física no século XVIII	A Educação Física, a partir da sua sistematização, neste século, pode ser compreendida como um conjunto de conhecimentos que visam desenvolver as qualidades físicas e aperfeiçoar os valores morais do indivíduo, proporcionando um corpo saudável e o bem estar geral.
Século XIX	A Educação Física desse período pode ser conceituada como um conjunto de conhecimentos que se propõe a favorecer o desenvolvimento das qualidades físicas, morais e raciais, o equilíbrio orgânico e o prolongamento da vida.
Educação Física na atualidade	Pode-se conceituar a Educação Física no panorama mundial atual como uma atividade educativa por excelência, comprometida com os direitos fundamentais do ser humano (saúde, ocupação saudável do tempo livre, preservação da cultura, entre outros) constituindo, portanto, um meio efetivo para a conquista de um estilo de vida ativo dos seres humanos.

Fonte
BRASIL: Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Física.

AGUIAR, O. R. B. P.; FROTA, P. R. O. Educação Física em Questão: Resgate Histórico e Evolução Conceitual.

CONHECIMENTOS SOBRE O CORPO E SUA APLICABILIDADE NO ÂMBITO DAS AÇÕES DE SAÚDE, DA ESTÉTICA E DAS PRÁTICAS SOCIOEDUCATIVAS ESCOLARES

No cotidiano profissional, o professor se utiliza da comunicação como ferramenta indispensável no desempenho de suas atividades. Dentre estas, a função de educador, bem como elo de ligação entre promover os diversos conhecimentos humanos e a habilidade de comunicar-se. Conforme Rector e Trinta (1986, p. 16), sabe-se que “[...] o corpo humano, decomposto em signos não verbais, é descritível por meio de signos linguísticos, equivalentes aos seus diversos movimentos”. Desta maneira, o uso consciente da linguagem corporal, tende a facilitar o professor no alcance de seus objetivos na transmissão de conteúdos em sala de aula.

Nessa perspectiva, não há dúvida de que as salas de aula são espaços de comunicação e que as palavras e as não palavras (silêncios, ausências, sons articulados ou não) orientam as relações entre os indivíduos e permitem uma constelação de mensagens que são capitadas de forma consciente ou inconsciente (PAREJO, 1995). Assim sendo, pode-se dizer que apenas o movimento do corpo não traduz o significado da mensagem, havendo necessidade de inseri-lo num contexto, permitindo que um mesmo gesto tenha diferentes significados nas diversas sociedades.

Habilidades associadas ao conhecimento de assuntos da área de comunicação não verbal são importantes para o desenvolvimento da competência social dos indivíduos, quer na sua

atuação profissional, quer na sua vida diária (MESQUITA, 1997, p. 160). Em vista disso, entende-se que a linguagem corporal deva ser encarada como uma necessidade a mais na conjuntura de atividades da vida do educador profissional, o que, segundo Vargas (1998), permite os seres humanos encontrarem suas necessidades presentes diariamente. Desta maneira, neste estudo e por meio de uma pesquisa-bibliográfica e literatura discutida sobre a temática, pretendeu-se proporcionar reflexões sobre a importância da percepção da linguagem corporal na educação profissional.

Movimento corporal: um conteúdo dotado de comunicação e linguagem

Marone (1999, p. 39) parte de que “[...] somente em Deus a palavra antecedeu o gesto, porque Deus em princípio era o Verbo”. Ou seja, antes do surgimento da palavra (fase verbal) existe outra fase, a “pré-verbal”, em que a linguagem predominante é a do gesto. Segundo este mesmo autor, graças a esses gestos que os sons podem ter significado.

E, por meio da expressão corporal, são manifestados sentimentos de alegria, dor, tristeza, amor, ódio, desprezo e outros que são, naturalmente, uma representação das atitudes e ações que se pretendem interpretar, pois estão relacionados ao indivíduo, sofrendo, geralmente, a influência da ciência, da tecnologia e do desenvolvimento econômico e da sociedade (VARGAS, 1998).

Todo ser humano tem no movimento uma necessidade natural e espontânea, indispensável à vida (VARGAS, 1998). Também, sabe-se que as primeiras manifestações do ser humano emergem do ato motor e, segundo Capitano (2004), o movimento humano faz parte do domínio motor, contudo, no comportamento humano se fazem presentes, também, o domínio cognitivo e o domínio afetivo-social. No entanto, para Gagné (1974):

A ocorrência relativa e frequente da aprendizagem dos movimentos naturais, na vida cotidiana, torna bastante importante a compreensão do comportamento humano, apesar de responder e executar atos motores simples ser apenas uma pequena parte das capacidades que o ser humano deve e pode aprender (1974, p. 3).

Mowrer (1960, apud GAGNÉ, 1974, p. 75) acredita que a aprendizagem dos movimentos naturais é um requisito prévio para as demais aprendizagens. O que, de acordo com Vargas (1998, p. 34), possibilita no processo de formação do indivíduo como meio de melhorar a qualidade de assimilação da sensação e percepção de estimulações inter e intrapessoais que compõem o mundo, e, que, para ser entendida a realização do movimento, faz-se necessário o conhecimento da intenção, que oferece ao movimento um conteúdo de consciência.

Além disso, Vargas (1998) afirma que o ato motor possui caráter cognitivo e envolve as percepções cinestésicas, estando unido à linguagem. Nesse sentido, a formação do pensamento não somente está vinculada à aquisição da linguagem como também ao movimento. Reis (1969, p. 199) complementa isso, ressaltando que todas as ações humanas são motivadas por uma finalidade e o que se faz, faz-se tendo em conta determinado objetivo. Para Laban (1978) o movimento do homem tem um objetivo: satisfazer uma necessidade ou atingir algo que lhe é valioso. Da mesma forma que:

O movimento revela evidentemente muitas coisas diferentes. É o resultado, ou da busca de um objeto dotado de valor, ou de uma condição mental. Suas formas e ritmos mostram a atitude da pessoa que se move numa determinada situação. Pode

tanto caracterizar um estado de espírito e uma reação, como atributos mais constantes da personalidade. O movimento pode ser influenciado pelo meio ambiente do ser que se move (LABAN, 1978, p. 20).

Com isso, o movimento e o pensamento integram-se ao trabalho global do corpo, atuando como meio de relação e dotado de comunicação através dos gestos e movimentos em total integração do indivíduo com o meio.

Assim sendo, segundo Rector e Trinta (1986), a comunicação é, ao mesmo tempo, fenômeno e função social. Fenômeno, inicialmente, como uma necessidade dos nossos primórdios na busca de compreenderem a si e os demais. Função social como processo de interação, de compartilhar os modos e os comportamentos de vida, estabelecidos de um conjunto de normas pelo homem e para o homem. Por isso, cada movimento deve ser visto como um veículo pelo qual o sujeito pode dizer aos outros sobre o seu pensar, reescrevendo o que foi escrito por outros, mas de forma pessoal e única.

Davis (1979) afirma que muito além das palavras está a comunicação não verbal. Elas não representam a mensagem total e nem parcial, embora sejam importantes. Sabe-se que a comunicação ajuda o homem a estabelecer relações com o grupo a que pertence enquanto fenômeno social e, em cada cultura, os gestos e os movimentos são percebidos como expressão e manifestação corporal, revelando formas de comunicação não verbal. Desse modo, para esta autora, as relações humanas se constroem através da comunicação não verbal, de uma linguagem corporal. Neste contexto, “há consenso no campo de que o corpo não está submetido ao texto. Os gestos não são usados apenas para preencher os silêncios, as lacunas do discurso” (PUJADE-RENAUD, 1990, p. 65). Pelo contrário, o corpo é constitutivo da comunicação e não somente o aparato fisiológico.

Nesse sentido, estudos sobre a comunicação não verbal ganharam novo impulso nas últimas décadas (SILVA, 1987). Por isso, conceituar o que é linguagem corporal seja um dos assuntos muito de grande enfoque e discussão na literatura por diversos autores. A comunicação não verbal, segundo Corraze (1982), é o conjunto dos meios de comunicação existente entre os seres vivos que não usam a linguagem humana ou seus derivados não sonoros (escritos, linguagem dos surdos, etc.). De acordo com Mesquita (1997), a comunicação não verbal pode ser dividida em dois grupos:

a) Aquilo que se refere ao corpo (corporal) e ao movimento e representa unidades expressivas: a face, o olhar, os gestos, as ações, as posturas e a paralinguagem;

b) aquilo que é relativo ao produto das ações humanas e formas de expressão: a moda, os objetos do cotidiano e da arte, a própria organização dos espaços.

Corraze (1982) afirma que a comunicação não verbal pode ser sonora e o que seu conceito exclui é o sistema linguístico humano (este que é verbal). O termo comunicação não verbal é aplicado a gestos, as posturas, a orientação do corpo, a organização de objetos, a relação de distâncias entre os indivíduos, significando uma linguagem corporal. Este autor opõe-se a Birdwhistell (1952, apud DAVIS, 1979), porque ele afirma que a comunicação não é constituída exatamente como a linguagem, e que atualmente este conceito é amplamente rejeitado.

A partir deste trecho, percebe-se que:

Os olhos continuaram a dizer coisas infinitas, as palavras da boca é que nem tentaram sair, tornavam ao coração caladas como vinham... (MACHADO DE ASSIS, *in* Dom Casmurro, 1969, cap. 14, p. 30).